



PRUDENPREV - SISTEMA DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE

RELATÓRIO DE CONTROLES INTERNOS

1º Semestre/2020

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

1º SEMESTRE/2020

O Controle Interno da Prudenprev é realizado pelo Município de Presidente Prudente, conforme estabelecido no Decreto nº 27.574/2017. As atividades exercidas pelo Controlador Interno buscam identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos mais relevantes para o RPPS, sendo suas atribuições conferidas pela Lei Municipal Nº 4.558/1997, que cria o cargo de Controlador Interno no Município de Presidente Prudente, e Lei nº 6.307/2004, que dispõe sobre as suas atribuições. Ademais, o sistema de Controle Interno é fundamentado pela Constituição Federal (artigos 31, 70 e 74), Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 59), Lei nº 4.320/64 (artigos 76 a 80) e Resolução 1.135/2008 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Neste período, em análise aos documentos e planilhas apresentadas, podemos constatar o seguinte:

1. Regulamentação do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores:

Atualmente, o Sistema de Previdência Municipal de Presidente Prudente – Prudenprev está regulamentado pela Lei Complementar nº 106/2001.

A massa de segurados pertencentes ao RPPS está segmentada em dois grupos, conforme definido na Lei Complementar nº 106/2001:

- I. Conta Previdenciária:** que compreende os servidores admitidos no serviço público a partir de 01 de janeiro de 2002 e aposentadorias e pensões geradas por estes servidores.
- II. Conta Financeira:** que compreende os servidores admitidos no serviço público até 31 de dezembro de 2001 e benefícios gerados por estes servidores.

Desta forma, as receitas e despesas do RPPS são analisadas de forma segregada no presente relatório.

2. Execução Orçamentária:

2.1 Resultado da Execução Orçamentária – Receitas

Realizamos o exame das receitas realizadas pelo instituto acumuladas até o semestre em exame. Os resultados do comportamento da Execução Orçamentária do plano financeiro e do plano previdenciário, no tocante às Receitas, serão demonstrados nos itens seguintes.

2.1.1 Resultado da Execução Orçamentária – Receitas, Plano Financeiro

Apresentamos a seguir, quadro resumo das receitas orçamentárias arrecadadas no semestre em análise, pertencentes ao plano financeiro:

Receitas Orçamentárias – Plano Financeiro

Receitas – Plano Financeiro	Previsão Inicial Acumulada até o Semestre (Em R\$)	Previsão Atualizada Acumulada até o Semestre (Em R\$)	Realização Acumulada até o Semestre (Em R\$)	% Realizado	
				Previsão Inicial	Previsão Atualizada
Contribuição do Segurado	10.885.000,00	10.885.000,00	5.056.822,48	46%	46%
Contribuição Patronal	19.340.000,00	19.340.000,00	8.732.667,74	45%	45%
COMPREV	1.500.000,00	1.500.000,00	877.989,18	59%	59%
Receita Patrimonial	200.000,00	200.000,00	0,00	0%	0%
Outras Receitas	32.000,00	32.000,00	2.721.715,09	8505%	8505%
Total	31.957.000,00	31.957.000,00	17.389.194,49	54%	54%

Não ocorreram, para o plano financeiro, atualizações nas previsões iniciais das receitas orçamentárias no período analisado.

As Receitas de Contribuições Previdenciárias do segurado e patronal tiveram um comportamento de arrecadação próximo ao esperado ao final do 1º semestre de 2020.

Em relação às Outras Receitas Correntes, nota-se um excesso de arrecadação no montante de R\$ 2.689.715,09 (dois milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, setecentos e quinze reais e nove centavos), justificada em função do recebimento, por parte da entidade previdenciária de valor referente ao processo licitatório, edital de pregão presencial nº 002/2019, processo administrativo nº 19.304/2019, na Prudenprev sob o nº 2.537/2019, cujo objeto trata-se de “Contratação de instituição financeira para administração dos serviços de folha de pagamento dos servidores ativos e dos beneficiários da Prudenprev.” São classificadas ainda como Outras Receitas Correntes os recebimentos, por parte da entidade previdenciária, de multas decorrentes de sentenças judiciais, restituição de benefícios previdenciários e valores restituídos à entidade previdenciária em decorrência de estouros de vencimentos (saldo negativo) ocorrido em folha de pagamento dos inativos.

2.1.2 Resultado da Execução Orçamentária – Receitas, Plano Previdenciário

Apresentamos a seguir, quadro resumo das receitas orçamentárias arrecadadas no semestre em análise, pertencentes ao plano previdenciário:

Receitas Orçamentárias – Plano Previdenciário

Receitas – Plano Financeiro	Previsão Inicial Acumulada até o Semestre (Em R\$)	Previsão Atualizada Acumulada até o Semestre (Em R\$)	Realização Acumulada até o Semestre (Em R\$)	% Realizado	
				Previsão Inicial	Previsão Atualizada
Contribuição do Segurado	10.085.100,00	10.085.100,00	6.438.006,12	64%	64%
Contribuição Patronal	22.974.997,00	22.974.997,00	12.637.698,86	55%	55%
COMPREV	1.000,00	1.000,00	0,00	0%	0%
Receita Patrimonial	4.000.000,00	4.000.000,00	44.000,00	1%	1%
Outras Receitas	300,00	300,00	215.816,23	71939%	71939%
Total	37.061.397,00	37.061.397,00	19.335.521,21	52%	52%

Não ocorreram, para o plano previdenciário, atualizações nas previsões iniciais das receitas orçamentárias no período analisado.

As Receitas de Contribuições Previdenciárias do segurado e patronal apresentam um comportamento de arrecadação próximo ao esperado no 1º semestre de 2020.

Em relação às Outras Receitas Correntes, nota-se um excesso de arrecadação na ordem de R\$ 215.516,23 (duzentos e quinze mil, quinhentos e dezesseis reais e vinte e três centavos), justificada em função do recebimento, por parte da entidade previdenciária de valor referente ao processo licitatório, edital de pregão presencial nº 002/2019, processo administrativo nº 19.304/2019, na Prudenprev sob o nº 2.537/2019, cujo objeto trata-se de “Contratação de instituição financeira para administração dos serviços de folha de pagamento dos servidores ativos e dos beneficiários da Prudenprev.” São classificadas ainda como Outras Receitas Correntes os recebimentos, por parte da entidade previdenciária, de multas decorrentes de sentenças judiciais, restituição de benefícios previdenciários e valores restituídos à entidade previdenciária em decorrência de estouros de vencimentos (saldo negativo) ocorrido em folha de pagamento dos inativos.

2.1.3 Fiscalização das Receitas de Contribuições

Constatamos a regularidade dos lançamentos, cobranças e registro das receitas das contribuições previdenciárias, patronal e segurados, no período analisado.

Verificamos ainda que os recolhimentos se deram por parte da Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e Prudenprev, na forma e nos prazos previstos.

2.1.4 Fiscalização das Demais Receitas

Constatamos a regularidade dos lançamentos, cobranças e registro das receitas de Compensação Previdenciária, Rendimentos de Aplicações Financeiras (Receitas Patrimoniais) e demais receitas orçamentárias, no período analisado.

2.2 Resultado da Execução Orçamentária – Despesas

Realizamos o exame das despesas executadas pelo instituto no semestre em exame. Os resultados do comportamento da Execução Orçamentária do plano financeiro e do plano previdenciário, no tocante às Despesas, serão demonstrados nos itens seguintes.

2.2.1 Resultado da Execução Orçamentária – Despesas, Plano Financeiro

Apresentamos a seguir, quadro resumo das despesas orçamentárias ocorridas no semestre em análise, pertencentes ao plano financeiro:

Despesas Orçamentárias – Plano Financeiro

Despesas – Plano Financeiro Acumuladas até o semestre	Pessoal e Encargos (Em R\$)	Outras Despesas Correntes (Em R\$)	Despesas de Capital (Em R\$)	TOTAL (Em R\$)
Dotação Inicial	80.957.000,00	0,00	0,00	80.957.000,00
Dotação Autorizada	80.957.000,00	0,00	0,00	80.957.000,00
Despesa Empenhada	35.223.525,17	0,00	0,00	35.223.525,17
% Empenhado	44%	0%	0%	44%
Despesa Liquidada	35.223.525,17	0,00	0,00	35.223.525,17
% Liquidado	44%	0%	0%	44%
Despesa Paga	35.223.525,17	0,00	0,00	35.223.525,17
% Pago	44%	0%	0%	44%

Analisando as despesas do plano financeiro, observamos que a despesa executada encontra-se abaixo do projetado para o semestre. Não ocorreram alterações orçamentárias que ocasionassem aumento na despesa, sendo que ao final do 1º semestre de 2020, a dotação inicial é equivalente à dotação autorizada.

As despesas com pessoal representam os valores dispendidos com pagamento de aposentadorias, pensões e sentenças judiciais, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Despesas Orçamentárias Com Pessoal – Plano Financeiro

Despesas com Pessoal– Plano Financeiro Acumuladas até o semestre	Dotação Inicial (Em R\$)	Dotação Autorizada (Em R\$)	Despesa Empenhada (Em R\$)	Despesa Liquidada (Em R\$)	Despesa Paga (Em R\$)	%
Aposentadoria	63.203.000,00	63.203.000,00	29.307.177,91	29.307.177,91	29.307.177,91	46%
Pensão	16.400.000,00	16.400.000,00	5.514.387,18	5.514.387,18	5.514.387,18	34%
Demais Benefícios Previdenciário	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0%
Despesas de Exercícios Anteriores	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0%
Sentenças Judiciais	1.052.000,00	1.052.000,00	401.960,08	401.960,08	401.960,08	38%
TOTAL	80.957.000,00	80.957.000,00	35.223.525,17	35.223.525,17	35.223.525,17	44%

As despesas relativas ao pagamento de sentenças judiciais, precatórios e ofícios requisitórios de pequeno valor, totalizaram no 1º semestre de 2020 o montante de R\$ 401.960,08 (quatrocentos e um mil, novecentos e sessenta reais e oito centavos). Os precatórios referentes ao exercício de 2020, conforme inscrição no Mapa Orçamentário de Credores (MOC) disponibilizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), foram quitados no 1º semestre de 2020. Os ofícios requisitórios de pequeno valor são pagos à medida que são expedidos pelo TJSP e encaminhados à Prudenprev, sendo estes pagos dentro do prazo estabelecido pelo TJSP, e, portanto, não havia até o final do 1º semestre de 2020, valores em atraso.

Foram examinadas as despesas previdenciárias inerentes ao plano financeiro efetuadas no período e constatamos a sua regularidade quanto ao aspecto formal.

2.2.2 Resultado da Execução Orçamentária – Despesas, Plano Previdenciário

Apresentamos a seguir, quadro resumo das despesas orçamentárias ocorridas no semestre em análise, pertencentes ao plano previdenciário:

Despesas Orçamentárias – Plano Previdenciário

Despesas – Plano Previdenciário Acumuladas até o semestre	Pessoal e Encargos (Em R\$)	Outras Despesas Correntes (Em R\$)	Despesas de Capital (Em R\$)	TOTAL
Dotação Inicial	7.562.000,00	0,00	0,00	7.562.000,00
Dotação Autorizada	7.562.000,00	0,00	0,00	7.562.000,00
Despesa Empenhada	1.281.008,03	0,00	0,00	1.281.008,03
% Empenhado	17%	0%	0%	17%
Despesa Liquidada	1.281.008,03	0,00	0,00	1.281.008,03
% Liquidado	17%	0%	0%	17%
Despesa Paga	1.281.008,03	0,00	0,00	1.281.008,03
% Pago	17%	0%	0%	17%

Analisando as despesas do plano previdenciário, observamos que a despesa executada encontra-se abaixo do projetado para o semestre. Não ocorreram alterações orçamentárias que ocasionassem aumento na despesa, sendo que ao final do 1º semestre de 2020 a dotação inicial é equivalente à dotação autorizada.

As despesas com pessoal representam os valores dispendidos com pagamento de aposentadorias, pensões e sentenças judiciais, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Despesas Orçamentárias Com Pessoal – Plano Previdenciário

Despesas com Pessoal– Plano Financeiro Acumuladas até o semestre	Dotação Inicial (Em R\$)	Dotação Autorizada (Em R\$)	Despesa Empenhada (Em R\$)	Despesa Liquidada (Em R\$)	Despesa Paga (Em R\$)	%
Aposentadoria	6.000.000,00	6.000.000,00	978.716,04	978.716,04	978.716,04	16%
Pensão	1.000.000,00	1.000.000,00	301.51,08	301.51,08	301.51,08	30%
Demais Benefícios Previdenciário	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0%
Despesas de Exercícios Anteriores	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0%
Sentenças Judiciais	361.000,00	361.000,00	781,91	781,91	781,91	0,2%
TOTAL	7.562.000,00	7.562.000,00	1.281.008,03	1.281.008,03	1.281.008,03	17%

As despesas relativas ao pagamento de sentenças judiciais, precatórios e ofícios requisitórios de pequeno valor, totalizaram no 1º semestre de 2020 o montante de R\$ 781,91 (setecentos e oitenta e um reais e noventa e um centavos). Não consta para o Plano Previdenciário, no ano de 2020, inscrição de precatórios no Mapa Orçamentário de Credores (MOC) disponibilizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP). Os ofícios requisitórios de pequeno valor são pagos à medida que são expedidos pelo TJSP e encaminhados à Prudenprev, sendo estes pagos dentro do prazo estabelecido pelo TJSP, e, portanto, não havia até o final do 1º semestre de 2020, valores em atraso.

Foram examinadas as despesas previdenciárias inerentes ao plano previdenciário efetuadas no período e constatamos a sua regularidade quanto ao aspecto formal.

2.2.3 Resultado da Execução Orçamentária – Despesas, Taxa de Administração

Apresentamos a seguir, quadro resumo das despesas orçamentárias ocorridas no semestre em análise, pertencentes à taxa de administração:

Despesas Orçamentárias – Taxa de Administração

Despesas – Taxa de Administração Acumuladas até o semestre	Pessoal e Encargos (Em R\$)	Outras Despesas Correntes (Em R\$)	Despesas de Capital (Em R\$)	TOTAL (Em R\$)
Dotação Inicial	3.306.000,00	1.696.000,00	902.000,00	5.904.000,00
Dotação Autorizada	3.306.000,00	1.696.000,00	902.000,00	5.904.000,00
Despesa Empenhada	1.183.027,80	385.703,32	17.000,00	1.585.731,12
% Empenhado	36%	23%	2%	27%
Despesa Liquidada	1.183.027,80	256.805,23	0,00	1.439.833,03
% Liquidado	36%	15%	0%	24%
Despesa Paga	1.183.027,80	256.805,23	0,0	1.439.833,03
% Pago	36%	15%	0%	24%

Analisamos as despesas administrativas relativas ao 1º semestre de 2020 e verificamos que não foram efetuadas alterações orçamentárias no período.

No período analisado, constatamos a ocorrência de pagamento de despesas relativas a sentenças judiciais, precatórios e ofícios requisitórios de pequeno valor, dos servidores ativos da Prudenprev, no montante de R\$ 211.751,06 (duzentos e onze mil, setecentos e cinquenta e um reais e seis centavos). Os precatórios referentes ao exercício de 2020 pertencentes aos servidores Ativos da Prudenprev, e por consequência, que se constituem despesa administrativa do Instituto de Previdência, conforme inscrição no Mapa Orçamentário de Credores (MOC) disponibilizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), foram quitados no 1º semestre de 2020. Não houve no período analisado expedição de ofícios requisitórios de pequeno valor pertencentes às despesas com taxa de administração.

Constamos ainda que a execução orçamentária da despesa administrativa está aquém do limite previsto na Lei Complementar nº 204/2016, o qual estabelece por limite de gastos com taxa de administração o percentual de 2% sobre a remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados à Prudenprev, relativo ao exercício financeiro anterior, conforme demonstrado abaixo:

Remuneração Bruta dos segurados vinculados ao RPPS em 2019	R\$ 298.177.149,24
Taxa de Administração para 2020 (2%)	R\$ 5.963.542,98
Despesas Administrativas Realizadas/Pagas até o 1º semestre/2020	R\$ 1.439.833,03
Resultado	R\$ 4.523.709,95
% de Despesa com Taxa de Administração Realizada/Paga	24%

Verificamos ainda que a sobra da taxa de administração do período está devidamente aplicada em conta segregada, específica para uso da taxa de administração, não sendo realizado no período em exame reversão de tal para pagamento de benefícios previdenciários.

Foram examinadas as despesas administrativas efetuadas no período e constatamos a sua regularidade quanto ao aspecto formal.

2.2.1 Ordem Cronológica dos Pagamentos

O controle interno verificou cumprimento de todas as obrigações financeiras no período. Todos os fornecedores e colaboradores foram pagos dentro das datas previstas, constatando-se atendimento à ordem cronológica dos pagamentos.

Ao final do 1º semestre de 2020, não houve inscrição de dívidas em restos a pagar.

3. Gestão de Investimentos

A Gestão de Investimentos se deu em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.922/2010, e suas atualizações, que regulamenta a matéria, bem como da política de Investimentos da Prudenprev para o ano de 2020.

A gestão das aplicações dos recursos previdenciários da Prudenprev se dá pelo modelo de gestão própria, ou seja, as aplicações são realizadas diretamente pela

entidade previdenciária, conforme disciplinado no art. 15 da Resolução CMN nº 3.922/2010 e Portaria MPS 519/2011.

Ao findar do 1º semestre de 2020, a Prudenprev obteve um retorno negativo sobre seus investimentos de 0,79%, não superando a meta atuarial acumulada até 30 de junho de 2019, qual seja, de 2,94% (IPCA+5,88%a.a).

A Prudenprev encaminhou à Secretaria de Previdência, via CADPREV (Sistemas de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social), no semestre em exame, de forma mensal o Demonstrativo das Aplicações e Investimentos de Recursos (DAIR), bimestral o Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses (DIPR), e o DRAA (Demonstrativo de Resultado Atuarial) do ano de 2020.

Em consulta, verificamos que todos os demonstrativos citados constam com a situação “regular”.

4. Servidores Integrantes do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

No encerramento do 1º semestre de 2020 a Prudenprev possuía em seu quadro de pessoal 21 servidores efetivos, 3 servidores efetivos em cargo de comissão, 3 comissionados e 2 servidores cedidos pela Prefeitura Municipal.

5. Concessão de Benefícios

Atestamos a conformidade dos processos de concessão de benefícios com relação ao mapeamento e manualização elaborado pelo RPPS referente aposentadoria e pensão por morte.

Diante de todo o apurado, não encontramos erros ou vícios formais, concluindo pela regularidade dos procedimentos relatados nos itens deste relatório.

6. Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)

O Município de Presidente Prudente está com Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) vigente, com vencimento em 19/12/2020.

Foi constatado o atendimento a todos os requisitos necessários à sua renovação, não existindo critérios irregulares para a Prudenprev junto à Secretaria de Previdência.

7. Transparência

Verificamos que a Prudenprev mantém atualizado seu website (www.prudenprev.com.br) onde pudemos encontrar publicados as Atas das Reuniões do Conselho Municipal de Previdência, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos, carteira de investimentos mensais, relatórios de investimentos, política de investimentos, credenciamento de instituições financeiras, relatórios de cálculo atuarial, balancetes mensais das receitas e despesas, demonstrações contábeis anuais e lista de concessão benefícios (aposentadoria e pensão), atendendo ao princípio da transparência da coisa pública.

Diante de todo o apurado, não encontramos erros ou vícios formais, concluindo pela regularidade dos procedimentos relativos ao 1º semestre de 2020.

Encaminhamos ainda o presente relatório aos membros do Conselho Municipal de Previdência e Conselho Fiscal para a apreciação.

Presidente Prudente, 26 de outubro de 2020.

JOÃO PAULO ROSSELLI FARIAS
Responsável pelo Controle Interno